

SC fez manobra para alterar valor de papéis

Títulos foram registrados com data anterior à da autorização do Senado para a emissão

RIBAMAR OLIVEIRA

BRASÍLIA — O senador Vilson Kleinubing (PFL-SC) fez ontem no Senado nova denúncia contra o governador de Santa Catarina, Paulo Afonso Vieira (PMDB). Kleinubing apresentou dados que mostram que a emissão dos títulos da dívida pública do Estado, no montante de R\$ 552,15 milhões, foram registrados na Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos Privados (Cetip) com a data de 31 de maio deste ano. A autorização do Senado para a emissão desses papéis é do dia 15 de outubro.

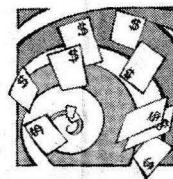
“O governador mentiu duas vezes ao Senado”, afirmou Kleinubing. “Mentiu a primeira vez quando afirmou que precisava de R\$ 552 milhões para pagar precatórios judiciais cujo montante é de R\$ 35 milhões”, explicou.

“Agora, ficamos sabendo que os títulos foram registrados com data retroativa e, portanto, os valores da emissão originalmente aprovada pelo Senado foram modificados.”

De acordo com os dados apresentados por Kleinubing, que é vice-líder do governo no Senado, os títulos foram comprados inicialmente pelo Banco do Estado de Santa Catarina (Besc), que pagou R\$ 912,00 por cada papel. Depois, o Besc colocou os papéis no mercado por meio de outras instituições financeiras, entre as



Vilson Kleinubing: “O governador mentiu duas vezes ao Senado”



**OPERAÇÃO
PROVOCOU
DESÁGIO MAIOR
NA VENDA**

quais o Banco Votorantim e a empresa IBF. “O Votorantim negociou 200 mil papéis, de um total de 552 mil, e ganhou R\$ 150,00 em cada título”, revelou Kleinubing. “A IBF ganhou R\$ 25 milhões numa semana.”

Posteriormente, os papéis foram comprados, principalmente, por três fundos de pensão de empresas estatais: Petros, dos empregados da Petrobrás; Telos, dos funcionários da Embratel e o fundo de pensão dos economistas federais. Segundo Kleinubing, esses fundos

compraram cada papel pelo valor de R\$ 1.058,00. “Na época, o preço de mercado era de R\$ 1.020,00”, disse.

Como a emissão foi registrada na Cetip com data retroativa, de 31 de maio deste ano, o valor de face de cada papel, de R\$ 1 mil, refere-se àquela data. Assim, em 15 de outubro, dia da autorização do Senado, cada título já tinha valor de face de R\$ 1.098,00, por conta da remuneração dos papéis desde 31 de maio.

Kleinubing disse aos senadores que, por causa dessa manobra feita pelo governador de Santa Catarina, o deságio concedido nos papéis foi bem superior aos R\$ 79 milhões, divulgado inicialmente. “Se ele vendeu ao Besc cada título por R\$ 912,00 e esses papéis valiam na época R\$ 1.098,00, então é fácil calcular qual foi o deságio concedido.”